

## EGITO ROMANO: IDENTIDADE, PODER E STATUS SOCIAL

MARCIA SEVERINA VASQUES\*

### Introdução

Propomos apresentar neste artigo as proposições teórico-metodológicas de David Mattingly (2011) e suas possibilidades de aplicação para o estudo do Egito enquanto província romana. Ao discutir questões de identidade, poder e *status* social no mundo romano e, em especial, nas áreas conquistadas por Roma, Mattingly critica as abordagens tradicionais associadas ao conceito de Romanização e propõe uma articulação entre um conceito geral de Imperialismo e abordagens regionais ou locais, contextuais, que permitam a visualização, sobretudo na cultura material, das diversas respostas ao poder romano instituído. Desta forma, discorreremos inicialmente a respeito das proposições deste autor e abordaremos, em seguida, o Egito Romano em sua configuração, sobretudo, entre os séculos I e II d.C. e, por fim, exemplificaremos nossa proposta com três documentos materiais de diferentes partes do Egito: Fayum, Delta e o Médio Egito (Tuna el-Gebel).

### Imperialismo e identidades locais

A aplicação do modelo de centro e periferia para o mundo antigo não é recente e muitos estudos atuais apresentam restrições ao uso de teorias gerais para explicar o Império Romano, entidade complexa, não uniforme em toda sua extensão territorial e com uma incontável diversidade cultural. No entanto, acreditamos que, em muitos aspectos, quando tratamos de um Império e sua ação imperialista sobre as áreas colonizadas, este modelo pode ser utilizado, com as devidas precauções, em relação às especificidades locais. Um modelo teórico mais abrangente seria, neste caso, calibrado com a análise de estudos de caso que podem, ou não, comprovar a hipótese central da pesquisa.

Ao refletir sobre o conceito de Império, David Mattingly afirma: “é uma manifestação geopolítica das relações de controle impostas por um estado sobre a soberania de outros”

---

\* Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Departamento de História/CCHLA/UFRN.

(2011: 6). O Império geralmente combina um centro, território metropolitano, e as periferias, os territórios periféricos multiétnicos ou multinacionais. Quando observamos o Império na longa duração podemos perceber as mudanças em termos diacrônicos. Por outro lado, as abordagens sincrônicas permitem a percepção das relações sociais no âmbito local ou regional.

Um critério básico para analisar o Imperialismo seria, portanto, explorar as redes de poder que o sustentam. Este seria o elo que une todas as épocas e locais do Império, já que a dominação de uns pelos outros é uma característica premente em toda sociedade humana, mas somente um Império atua neste sentido em larga escala (MATTINGLY, 2011: 7). A consideração de que não existe um Imperialismo e sim Imperialismos vem de encontro às novas discussões decorrentes dos estudos pós-coloniais. A preocupação com as respostas das populações locais ao Império foi um fenômeno que se deu, sobretudo, após o processo de libertação dos países africanos e asiáticos do jugo europeu, no decorrer do século XX. Nos estudos a respeito do Império Romano e suas províncias notamos uma nova abordagem a respeito do uso do conceito de Romanização ou mesmo, em alguns casos, o seu abandono.

A origem do conceito de Romanização remonta ao Imperialismo Britânico do século XIX, quando se comparava as ações britânicas em suas colônias com a expansão romana pelo Mediterrâneo na Antiguidade. Originalmente, o termo Romanização vinha embutido da ideia de que os romanos civilizaram os bárbaros da mesma maneira que os britânicos então faziam em relação aos povos primitivos do planeta. Um segundo momento adveio com o decréscimo do poder britânico, quando passou-se a considerar que não houve propriamente uma imposição do modo de vida romano nas províncias e sim uma adoção deste pelas elites locais em um processo de aculturação. Finalmente, o terceiro modelo de Romanização veio romper com a ideia de certa forma “positiva” que o termo até então preconizava. Os estudos de pós-colonialismo postulavam que existiram várias respostas ao domínio colonial, que a simples dicotomia entre “nativos” e “colonizadores” não correspondia de fato à realidade, sendo que o papel ativo da periferia em relação ao centro passou a ser destacado (HINGLEY, 2011). Mattingly (2011: 22), por exemplo, é um dos autores que se coloca, atualmente, contra a utilização deste conceito, por considerar que não havia uma política romana deliberada de Romanização.

De certo modo, as ideias de David Mattingly assemelham-se às aquelas defendidas por Louise Revell (2009), quando propõe uma análise do aspecto global combinado às especificidades da identidade local. Revell aplica a teoria de Antony Giddens ao buscar conciliar a análise do local, da questão do indivíduo, à totalidade das estruturas sociais. Enquanto a preocupação com o indivíduo, com o agente, é uma prerrogativa da Arqueologia Pós-processual quando considera as identidades permeadas pelas relações de poder, envolvidas em um discurso que envolve, por exemplo, as questões de *status* social, a análise das estruturas sociais permite uma visão do conjunto da sociedade.

Aonde se situariam, então, os estudos sobre o Egito Romano neste contexto? Na verdade, a historiografia do Egito Romano mais tradicional o considerava como algo à parte no mundo romano. Os estudos de Romanização se concentraram, sobretudo, na análise das províncias ocidentais do Império então consideradas mais “atrasadas” em relação ao Oriente helenizado. Dois conceitos pejorativos dominavam, então, esta historiografia oriunda do ideal civilizatório do século XIX. Em primeiro lugar, a ideia de barbárie associada ao mundo celta e germânico e a consideração de que o Oriente Próximo teria sido helenizado após a conquista de Alexandre e a formação de seu império no período helenístico. Hoje sabemos que o Egito Romano não foi uma exceção no mundo romano. Mesmo não utilizando o conceito de Romanização, por seu caráter reducionista, um aspecto importante deve ser realçado em relação ao Egito e este diz respeito às ações preconizadas pelos imperadores romanos para controlar a província e tentar integrá-la à política imperial.

### **Egito Romano**

O Egito Romano era uma sociedade multiétnica e multicultural. Embora a população egípcia nativa fosse predominante, a cultura grega estava bem estabelecida em Alexandria, capital do império lágida e em localidades como o Fayum, área de colonização grega e macedônica durante o período ptolomaico. O Egito enquanto província romana não ficou isento da estratégia política romana de cooptação das elites locais. Houve a valorização de uma elite de origem grega ou assim rotulada, cuja identidade foi realçada em oposição aos elementos autóctones. Apesar disso, esta elite transitava em várias esferas culturais e escolhia a identidade mais propícia a ela em determinado momento. Esta conduta era frequente, por

exemplo, nas metrópoles, as capitais dos nomos egípcios situadas na *chora*<sup>1</sup>. Eram formadas por indivíduos com *status* grego, mas fruto de casamentos híbridos com egípcios, os quais possuíam normalmente um nome grego e outro egípcio e transitavam em ambas as esferas culturais.

Foi com Augusto que se seu praticamente uma criação desta elite grega e um incentivo para o desenvolvimento da cultura grega com a instituição do *gymnasium* e do culto imperial. Tal política visava conseguir o apoio de uma elite local, que não fosse totalmente “egípcia” e que também não estivesse atrelada à política anterior dos Ptolomeus, como era o caso dos alexandrinos. Por isso, o incentivo às elites da *chora*, em oposição à de Alexandria, que manteve vários privilégios durante o período romano, mas que ficou sob vigilância estreita por ser um foco de resistência ao domínio de Roma.

O Egito foi dividido administrativamente em três partes: a Tebaida (Alto Egito), a Heptanômia no Médio Egito, que incluía o nomo arsinoíta (Fayum) e o Delta (Baixo Egito). Cada uma das três partes era administrada por um epistratego. Alexandria tinha um corpo especial de magistrados, separado do restante do Egito. Durante o período ptolomaico o epistratego exercia função militar e civil. Na época romana seu cargo ficou apenas civil, pois as tarefas militares eram desempenhadas pelo exército, subordinado diretamente ao prefeito, espécie de governador nomeado pelo imperador.

A quantidade de nomos variava conforme a época. No século I a.C., segundo Diodoro da Sicília (I,54,3) e Estrabão (XVII,1,3), estes seriam em número de trinta e seis. No decorrer do século II d.C. o número de nomos aumentou e ficou entre quarenta e cinquenta. O Delta, área mais desenvolvida no período romano, tinha cerca de vinte e oito nomos no século II d.C.. E o Alto Egito, no século IV d.C., tinha vinte e dois (BAGNALL; FRIER, 1995: 55). Os nomos eram governados pelos estrategos a partir das metrópoles, suas capitais. Os estrategos eram oficiais da ordem equestre, indicados pelos epistrategos e nomeados pelo prefeito por um período de três anos. A equipe do estratego era formada por funcionários, escravos e libertos. Ele atuava como chefe de polícia local, podia fazer investigações (mas não julgar), era responsável pela coleta de impostos de seu distrito, impunha as liturgias menores, como a corveia para a manutenção dos diques e canais e recebia cópia dos censos.

---

<sup>1</sup> Nome que designava o Egito como um todo em contraposição à Alexandria, a pólis por excelência.

A inovação levada por Augusto ao Egito se baseava na política romana, também adotada em outras províncias, de governar com a ajuda das elites locais. Dois fatores são comumente apontados para a manutenção da dominação romana e a extensão do poder imperial: a presença de um exército forte, que os adversários não podiam enfrentar e a cooptação das elites locais, que colaboravam com a administração imperial em troca de manter seu *status quo* e adquirir uma ascensão social com a aquisição da cidadania romana. Na escala social vinham, em primeiro lugar, os cidadãos romanos, classe esta formada pelos altos funcionários do Império, por notáveis alexandrinos e por legionários ou veteranos do exército. Em segundo lugar, vinham os gregos das quatro cidades gregas do Egito e os judeus e, por último, os egípcios nativos.

O valor das taxas e impostos que deveriam ser pagos ao governo romano dependia do grau de “helenização” da população, definido pelos romanos. Assim, enquanto os cidadãos romanos estavam isentos de taxas, os gregos habitantes das capitais dos nomos pagavam o imposto (*laographia*<sup>2</sup>) com preço reduzido. Para estabelecer esta separação entre gregos e não-gregos, os romanos tiveram que adotar uma norma baseada na descendência grega e na participação na instituição do *gymnasium*. O grau de “helenização” era medido por meio de três critérios: propriedade fundiária, habitação urbana e educação grega. A categoria “gregos” no Egito Romano referia-se, sobretudo, àqueles indivíduos que possuíam a educação e cultura grega. Muitos destes, evidentemente, descendentes de gregos, mas também de macedônicos, persas, cários etc., que tinham, em sua grande maioria, contraído matrimônio com mulheres egípcias.

Augusto iniciou no Egito um processo de municipalização com a criação de comunidades urbanas com uma elite grega proprietária de terras colocada em situação privilegiada em relação aos egípcios. Estas comunidades, apesar da ausência da assembleia de cidadãos, instituída posteriormente por Septímio Severo, funcionavam como as cidades gregas de outras províncias. A maior parte das capitais dos nomos já agia como um centro local, ligado a um templo. No período ptolomaico os residentes destas cidades não parecem

---

<sup>2</sup> *Laografia* significa registro no *laos* (termo técnico que designa a população que paga imposto). Este imposto era uma taxa a ser paga por todo homem entre os 14 e os 62 anos de idade, incluindo os escravos. Estavam isentos deste tributo, além dos cidadãos romanos, os cidadãos de Alexandria e seus escravos, alguns indivíduos que detinham cargos oficiais e alguns sacerdotes egípcios. O valor do imposto variava de nomo para nomo e os metropolitanos pagavam uma taxa menor.

ter tido algum *status* especial. A situação mudou com Augusto. Com a introdução do imposto que deveria ser pago por os todos homens adultos, os metropolitanos passaram a ter um privilégio especial que os aldeões não tinham. A admissão ao *status* metropolitano requeria que os pais do candidato e o avô materno fossem metropolitanos. Os aldeões e seus descendentes estavam excluídos. Aqueles que pertenciam ao *gymnasium* tornaram-se poderosos politicamente e se tornaram uma elite hereditária nas metrópoles.

A época da dinastia Antonina é apontada como o segundo período de transformações implementadas pelo poder imperial no Egito, marcada pela fundação da cidade de Antinoópolis, no Médio Egito, pelo imperador Adriano, em 130, cujos habitantes que formaram a elite metropolitana foram trazidos da região do Fayum. Outra cidade de destaque é Hermópolis Magna, antigo centro de culto do deus Thot. Neste período, houve um aumento das construções romanas, como termas, teatros, hipódromos e banhos. Provavelmente, este aspecto clássico das cidades era restrito e estava confinado nas regiões onde a presença grega era mais constante, como o Fayum e o Médio Egito (talvez o Delta, mas faltam dados a respeito). No entanto, este desenvolvimento citadino coexistia com os aspectos tradicionais do urbanismo egípcio.

### **Fayum e Médio Egito**

O nome Fayum deriva do copta Pa-youm, que significa “o mar” ou “o lago”, nome dado no Novo Império a uma depressão ocupada por um lago alimentado pelo Bahr Yussuf (Canal de José), um braço natural do Nilo. O Fayum foi habitado desde o quinto milênio a.C. datando do Antigo Império um estabelecimento chamado Shedet (atual Medinet el-Fayum), local que foi sede da capital da região desde então. Na XII Dinastia, foi aí construído um canal, com a finalidade de sanar o problema do suprimento de água. Este foi escavado no desfiladeiro de Lahun e com o influxo das águas surgiu um lago cerca de dezoito metros acima do nível do mar. Amenemhat III (1842-1797 a.C.) erigiu vários monumentos no Fayum, incluindo as pirâmides e os templos mortuários de Lahun e Hawara (cujo complexo mortuário foi chamado por Heródoto de “Labirinto”) e outros templos em Shedet, Biahmu, Dja (Medinet Madi) e Qasr es-Sagha. A partir de então, poucas construções foram realizadas na região até o período ptolomaico.

Sob Ptolomeu I e Ptolomeu II (c. 310-250 a.C.) vários canais foram escavados ao longo do deserto a fim de levar água para as áreas mais baixas. Assim, o nível do lago (então chamado Moéris) foi reduzido para aproximadamente o nível atual, 45m abaixo do nível do mar. A área cultivável foi triplicada para cerca de 1500 km<sup>2</sup> e novas aldeias foram fundadas por gregos e egípcios vindos de outras partes do país. Por volta de 267 a.C., o Lago (em grego, “Limne”) tornou-se o nomo Arsinoíta, uma região administrativa do Egito que levava o nome da rainha, esposa e irmã de Ptolomeu II, Arsínoe II. Ptolomeu II Filadelfo distribuiu terras da região para os veteranos militares (clerucos). Durante os períodos ptolomaico e romano o Fayum foi uma região próspera, pelo menos até o século II d.C., quando houve um despovoamento, em algumas aldeias, devido à peste antonina. No século III as atividades retornaram e a região voltou a florescer com a produção de vinho em larga escala. No início do século IV várias aldeias deixaram de receber água e foram parcial ou inteiramente abandonadas. Com o abandono das cidades, no século IV, o deserto se alastrou novamente. O governo egípcio somente voltou a investir na região no século XIX.

O nomo arsinoíta, com a capital em Arsínoe, estava dividido em *merides*, chamadas Heracleides ao norte, Themistos, a oeste e Polemon, ao sul. A últimas duas eram separadas sob os Ptolomeus e foram unidas no período romano. Arsínoe era uma grande cidade que já existia no Antigo Império sob o nome de Shedet. No período romano sua capital era chamada de pólis arsinoíta (cidade dos arsinoítas), nome da comunidade que vivia ali no século II d.C.. Por ser a cidade sagrada de Sobek, tinha o nome de Crocodilópolis Magna. Seu outro nome, Ptolemais Evergeta, foi criado em 116 a.C., em homenagem a Ptolomeu VIII. No período bizantino ela era chamada simplesmente de Arsínoe, nome mais usado pelos estudiosos de hoje. Seus monumentos mais famosos são as pirâmides de Hawara e o templo mortuário de Amenemhat III (o Labirinto).

Da necrópole de Hawara<sup>3</sup> provêm máscaras funerárias elaboradas, douradas e pintadas e retratos em encáustica. A maior parte das máscaras mortuárias do Fayum provém desta necrópole, que fica cerca de nove quilômetros ao sul de Arsínoe (Medinet el-Fayyum). Hawara possuía um templo dedicado a Anúbis, deus da mumificação. Mas seu caráter sagrado advinha do fato de ser o lugar do templo mortuário de Amenemhat III, faraó santificado e

---

<sup>3</sup> Palavra derivada do demótico, que significa “a Grande Casa” ou “Mansão dos Grandes”, provavelmente uma referência ao “Labirinto”, monumento construído pelo faraó Amenemhat III durante o Médio Império.

adorado como Prammarres pelos gregos. Pela riqueza do material funerário pode-se constatar a prosperidade econômica da cidade. Seu templo principal, fundado na XII Dinastia, era dedicado ao deus crocodilo Sobek, divindade venerada em todo o Fayum. No período romano também havia um templo dedicado a Adriano e a Júpiter Capitolino.

Ao sul do Fayum começa o Médio Egito propriamente dito o qual, segundo Bagnall e Rathbone (2004: 155), compreendia na Antiguidade de Beni Suef a Sohag, sendo que a parte norte desta área pertencia ao distrito administrativo chamado Heptanômia (Sete nomos) e a sul à Tebaida. O Médio Egito, como o Fayum e o Delta, possuía um substancial contingente de população grega no período ptolomaico. Ele incluía várias cidades de 20.000 a 40.000 habitantes. Heracleópolis Magna (Ihnasiya el-Medina) era a capital do nomo desde o Antigo Império. A principal divindade do lugar era o deus carneiro Herishef (Harsaphis), que os gregos identificavam com Hércules. Uma cidade famosa por seus papiros é Oxyrhynchus (el-Behnesa), cujo nome deriva do peixe do mesmo nome, sagrado na cidade.

Uma das cidades mais importantes da região, juntamente com Antinoópolis ou Antínoe, era Hermópolis Magna (el-Ashmunein), localizada atualmente entre el-Minya e Mellawi. O nome grego, cidade de Hermes, refere-se ao deus Thot, patrono dos escribas. O nome egípcio da cidade era Khemenu (“Cidade dos Oito”), nome que faz referência às oito divindades que precederam a criação do mundo, segundo a teologia hermopolitana. Era um local estratégico para as tropas romanas, pois servia para controlar todo o território egípcio. No Período Tardio, Nectanebo I começou uma renovação da cidade que só terminou na época grega. O templo de Thot, chamado posteriormente de Hermaion, foi reconstruído ao norte do sítio antigo. Petosíris, sumo-sacerdote de Thot, que supervisionou sua restauração, foi enterrado em Tuna el-Gebel. Um templo de Âmon-Thot, existente na região, data da XIX Dinastia. Dois templos ptolomaicos, dedicados a Ptolomeu III Evergeta e sua esposa Berenice II, foram transformados, no período romano, nos templos de Antínoo e de Adriano.

A maior parte das construções em estilo clássico da cidade datam do século II d.C., época na qual Adriano implementou várias inovações no Médio Egito, como a criação da cidade de Antinoópolis, com a qual Hermópolis tinha fortes ligações. Segundo os estudos de Bailey (1991), Hermópolis Magna possuía duas vias principais: a rua Antínoe e o *dromos* de Hermes. A rua Antínoe ligava os dois portões principais da cidade, a Porta da Lua, a ocidente e a Porta do Sol, a oriente, modelo que copiava a arquitetura da cidade de Alexandria. Estas

duas vias se cruzavam num ponto marcado pelo *Tetrastylon*, quatro colunas que sinalizavam a junção dos pontos cardeais. Havia uma construção do período ptolomaico, chamada *Bastion*, cuja função ainda é incerta, mas que provavelmente funcionava como uma espécie de armazém. Existiam duas fontes de água na cidade, chamadas de *nymphaion*, além da *ágora*, do *gymnasium*, de biblioteca e banhos. Hermópolis possuía um bairro judeu que provavelmente foi destruído após a Revolta Judaica de 115-117 d.C., sob Trajano. Segundo os papiros do período, a reconstrução da cidade tornou-se necessária após a revolta. Talvez tenha sido este o motivo da febre de construções que se deu no lugar com Adriano e seus sucessores.

A necrópole de Hermópolis (Hermópolis Ocidental) se situava onde hoje é Tuna el-Gebel. Havia um templo de Serápis e catacumbas de íbis, aves sagradas de Thot. Dois tipos de tumbas são atestadas, em Tuna el-Gebel, no período greco-romano: as tumbas-casas e as subterrâneas. No caso destas últimas, nichos eram escavados nas paredes, formando leitos onde eram depositadas as múmias. Nestas sepulturas foram achadas máscaras de gesso, algumas delas douradas, além de fragmentos de caixões de madeira. As tumbas tipo casas, da elite, eram construções de tijolos, algumas de pedra, com superestrutura, geralmente em forma de templo. Algumas datam do período helenístico, outras são romanas. Estas tumbas reproduzem, em tamanho reduzido, a forma de um pequeno templo egípcio do período greco-romano. Na frente, uma porta trapezoidal com um friso de *uraei* abaixo da cornija, esculpido ou pintado. Elas possuem decoração interior com relevos, pinturas e inscrições.

No período romano, Petosíris foi considerado uma espécie de santo, como Imhotep (LEFEBVRE, 1924: 9). Sua tumba era chamada de *ieron*, o templo. Uma avenida conduzia do deserto até a entrada da tumba. O interior da capela e o *pronaos* foram utilizados como sepultura e foram construídas capelas funerárias, em anexo. Próximo à tumba de Petosíris está o santuário de Isidora, jovem que morreu afogada no Nilo, em meados do século II d.C.. Segundo a tradição egípcia, todo morto afogado era divinizado e identificado a Osíris, o que teria ocorrido também com Antínoo. A morte de Isidora é lembrada em dois poemas gregos pintados na lateral da porta de sua tumba. Tuna el-Gebel possui muitos epitáfios funerários. Por meio deles, é possível saber que existiam diversos tipos de enterramento na necrópole. Práticas gregas, egípcias e judaicas, entre outras, conviviam sem problemas. Em alguns casos, como no de Isidora, é difícil definir a relação entre as crenças egípcias e gregas. Ela foi

mumificada e, em seu epitáfio, ela é comparada a uma ninfa (BERNAND, 1999: 170). A crença na imortalidade da alma é evidente no epitáfio, que segue o estilo grego de narrativa. Segundo Bernand (1999: 172), a divinização da morta não está necessariamente em um contexto egípcio, pois a ideia de imortalidade também aparece entre os gregos no período imperial. Neste sentido, ele discorda de Dunand, para quem a crença egípcia é aí determinante (DUNAND; ZIVIE-COCHE, 1991: 314-315).

A cidade de Antínoe ou Antinoópolis (atual Sheikh Ibada) foi fundada por Adriano em 130 d.C.. Teria sido uma homenagem prestada pelo imperador ao seu escravo favorito, Antínoo, que teria morrido afogado no Nilo, em 22 de outubro. Outras razões mais práticas são apontadas para a criação da cidade. Era necessário criar uma capital administrativa no Médio Egito. Além de ser um local estratégico dentro do próprio país, Antinoópolis foi estruturada com uma elite, de origem grega, que teve inúmeras vantagens do governo romano, sendo por ele fortalecida. Como já referido, esta estratégia de dominação pelo agenciamento das elites era uma política antiga romana. À elite cabia controlar o restante da população. Esta idéia faz sentido, se pensarmos que a região foi devastada com a revolta judaica de 115-117 d.C..

A cidade teve privilégios especiais concedidos pelo imperador. Sua população foi formada por várias comunidades “gregas” vindas de outras partes do Egito, principalmente de Ptolemais e do Fayum. Entre os privilégios concedidos aos cidadãos de Antinoópolis estava a suspensão das liturgias por três anos, a isenção de taxas sobre os escravos e a propriedade, pensão para a manutenção de cada filho e a existência de um tribunal local. Um grego de Antinoópolis poderia tomar por esposa uma mulher egípcia sem prejudicar o *status* de seu filho. Antinoópolis tinha um plano urbano regular, com um hipódromo, banhos e templos. A cidade possuía duas vias que se cruzavam, alinhadas por fileiras de colunas. Estas duas ruas dividiam a cidade em quatro partes iguais e havia outras travessas menores, também longas. As duas grandes ruas e as outras cruzadas tinham todas, de cada lado, galerias abobadadas, cuja cobertura protegia os transeuntes do sol e do vento. Seus arcos eram apoiados sobre colunas de pedra da ordem coríntia, de um lado e, sobre o teto das casas, de outro. Estruturas mais antigas do lugar sugerem que Antinoópolis foi construída no local onde havia um templo de Ramessés II, cujos blocos e colunas foram tomados de Tell el-Amarna. Sua necrópole foi escavada por Albert Gayet, em 1896, sendo encontrados inúmeros retratos pintados com a

técnica encáustica ou com têmpera, máscaras de gesso e sudários. Os retratos pintados teriam relação com aqueles do Fayum, já as máscaras são semelhantes àsquelas de Tuna el-Gebel. Antinoópolis foi destruída no início do século XIX, suas pedras foram usadas em construções ou queimadas.

### **Identidade, poder e *status* social**

Se formos mapear a ocupação romana do Egito notaremos a existência de áreas estratégicas nas quais as elites locais de origem grega foram valorizadas. Podemos destacar o Delta com Alexandria notadamente grega, o Fayum e sua ocupação que data do período ptolomaico e o Médio Egito, região essencial para o desenvolvimento das redes de comunicação dentro do território egípcio. As respostas ao domínio romano variaram conforme as regiões do Egito. A cultura material apresenta a versatilidade das composições e formas utilizadas pelos habitantes do Egito neste período, sobretudo entre os séculos I e III d.C.

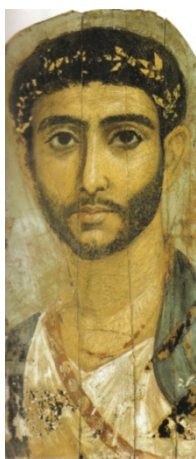
Segundo Mattingly (2011: 206) a identidade está relacionada com a questão do poder na sociedade romana e a criação das identidades provinciais não pode ser tomada isoladamente da negociação de poder entre o Império Romano e os povos conquistados. A etnicidade seria uma forma de identidade que a sociedade constrói (JONES *apud* MATTINGLY, 2011: 206). Consideramos aqui a identidade étnica como sendo assumida em casos de dominação colonial como estratégia de manutenção de poder e de *status* social. No entanto, como próprio Mattingly (2011: 210) sugere, a etnicidade não era uma constante no tempo e no espaço, pois nem sempre a marcação de identidade era necessária.

Mattingly prefere usar o termo “identidade discrepante”, de autoria de Edward Said, para discorrer a respeito da heterogeneidade de respostas a Roma. O termo “discrepante” indica “discordância”, “desarmonia”. Por isso, difere do termo “hibridização”. Na verdade, as sociedades coloniais poderiam, conforme o contexto, demonstrar similaridades ou discordâncias culturais em relação ao modelo imperial romano (MATTINGLY, 2011: 213). A identidade pode ser múltipla e redefinida a cada momento.

As diversas respostas a Roma devem ser testadas no âmbito local. No caso do Egito Romano dependendo da localidade teremos determinadas atitudes em relação à presença de

elementos culturais de origem grega e romana. Quanto mais próximos do poder central mais direta é a influência: em primeiro lugar de Alexandria e evidentemente do Delta egípcio; em segundo lugar, do Fayum e, em terceiro, do Médio Egito. Estamos considerando que houve adaptações da cultura autóctone em resposta à ação romana. Trocas e reciprocidades culturais e mesmo atitudes de resistência podem ser observadas nos aspectos da cultura material por todo o Egito. No entanto, acreditamos que as redes de conexão ao poder central devam ser consideradas. Assim, ao mesmo tempo que analisamos em nossa abordagem a capacidade de atuação do sujeito e de suas escolhas, defendemos que, no caso de sistemas imperiais, há uma limitação nesta escolha. Então, é preciso balancear o conceito de agência com um exame mais detalhado das influências estruturais.

Como a religião estava associada à identidade social por meio do estudo das evidências arqueológicas de templos, santuários e locais de culto a identidade discrepante pode ser observada. A questão da associação entre identidade social, *status* e as estruturas do poder podem ser observadas, por exemplo, na cultura material de cunho funerário, nas lápides de sepulturas e estelas funerárias, por exemplo. No caso do Egito Romano podemos citar como exemplo as estelas, as decorações internas das tumbas e as máscaras e retratos funerários. Ao mesmo tempo que podemos vislumbrar em alguns exemplares da cultura material marcadores de uma identidade social próprios de uma elite local que agia conforme as estruturas do poder romano, observamos também a manutenção das tradições nativas, sobretudo no que diz respeito à permanência das tradições funerárias.



**Figura 1 – Retrato funerário**  
*Staatlichen Museen, Berlim.*

Nº de inventário: 31161/6

WALKER, 2000: 73, fig. 32.

Na figura 1 vemos o retrato funerário de um oficial romano, de er-

Rubayat, Fayum, do início do século II d.C. Ele está usando o *balteus*, cinto militar que cruza o seu peito, a túnica branca com *clavus* (a faixa violeta indicativa da hierarquia social romana), *pallium* (espécie de manto) e a coroa funerária. O retrato feito com a técnica da encáustica sobre madeira fora colocado no lugar da máscara funerária anexado à múmia.



**Figura 2 – Estela funerária**  
British Museum, Londres.  
Nº de inventário: EA65337.  
WALKER, 2000: 142, fig. 95.

Uma estela funerária de kom Abu Billu, no Delta, do século I d.C., representa uma mulher deitada numa *kliné* portando uma túnica e um manto e tendo na mão direita uma pátera, recipiente para libação e, na mão esquerda, um pergaminho ou rolo de papel (*Livro dos Mortos?*). Ela está dentro de uma estrutura arquitetônica que lembra um templo egípcio do período com colunas e capitéis em formato de lótus. Provavelmente, é a representação da tumba, o que é corroborado pela presença do chacal, Anúbis, como guardião

e condutor das almas ao reino de Osíris. Ao mesmo tempo, a *kliné* e a pátera lembram as representações presentes nos sarcófagos romanos.

No Médio Egito encontramos também uma documentação material semelhante. Por exemplo, os retratos pintados de Antinoópolis provavelmente derivam daqueles do Fayum, já que a cidade foi fundada por habitantes oriundos daquela região. Por outro lado, as tumbas tipo “casa” típicas de Tuna el-Gebel, necrópole de Hermópolis Magna, lembram as tumbas de



**Figura 3 – Tumba-casa M3/SS**  
Tuna el-Gebel  
LEMBKE, 2012: 216, fig. 13.8.

Alexandria como aquelas de Kom el-Shugafa (I-II d.C.) com os elementos egípcios tradicionais combinados com aqueles de origem grega e romana. Na figura 3 podemos observar uma tumba-casa de Tuna el-Gebel, necrópole de Hermópolis Magna. A câmara funerária principal possui uma *kliné* entre duas colunas, onde a múmia deveria ser deitada, numa referência à cerimônia romana da *prothesis* (exposição) do corpo e ao banquete dos mortos. Na parede do fundo está

representada uma cena não identificada, provavelmente de cunho mitológico. Neste caso, nós não temos a múmia. Provavelmente, enquanto a decoração da tumba segue o estilo alexandrino do período, a múmia em si com seus envoltórios de cartonagem é que deveria fazer alguma referência às divindades funerárias egípcias.

### Considerações finais

Procuramos discutir as proposições teórico-metodológicas de David Mattingly presentes em seu livro *Imperialism, power, and identity. Experiencing the Roman Empire* (2011) e analisar em que medida sua ideia de identidade “discrepante” pode ser aplicada ao estudo do Egito enquanto província romana. As pesquisas sobre Império Romano e imperialismo têm se pautado, nos últimos tempos, por uma ferrenha crítica ao modelo de Romanização por seu caráter reducionista e por estar vinculado à ideia de superioridade cultural do romano civilizado em contraposição aos habitantes das províncias. Mattingly propõe uma articulação entre uma teoria mais geral sobre a atuação romana dentro da perspectiva dos estudos sobre imperialismo com abordagens que visam à explicação do contexto e das especificidades locais mostrando as várias respostas dos habitantes das províncias ao domínio romano.

No caso do Egito Romano podemos observar, conforme a região, as várias articulações do poder romano, sobretudo, com as elites locais. Aspectos da identidade social e do *status* do indivíduo podem ser analisados a partir, por exemplo, da cultura material funerária. Em Alexandria e no Delta são onde notamos, em um primeiro momento, uma influência mais consistente de elementos culturais gregos e romanos. Alexandria como sede do poder evidentemente exercia uma atração sobre o Egito como um todo e a região do Delta, em particular. Outras áreas em conexão direta com o poder central estabelecido em Alexandria eram o Fayum e o Médio Egito. O primeiro já tinha sido uma área de imigrantes gregos e macedônicos durante o período ptolomaico e continuou a ter um papel de destaque no período romano. O Médio Egito foi alvo de políticas imperiais por ser um local de articulação entre o Alto e o Baixo Egito, com destaque para as cidades de Hermópolis Magna e Antinoópolis, com sua mescla de elementos egípcios, gregos e romanos. Nestes lugares, é evidente a tentativa da elite local em se pautar pelos costumes imperiais em relação às vestimentas e adornos, mas também na forma de confecção das tumbas e dos sarcófagos. Ao mesmo tempo, notamos a preservação da tradição religiosa nativa, aliás recorrente em todo o Egito, que pode ser demonstrada pelo uso da mumificação e pela manutenção na crença nas divindades funerárias tradicionais como Osíris e Anúbis.

Nosso objetivo neste artigo foi demonstrar como estas redes de articulação do domínio imperial romano influenciaram o modo de vida egípcio e a forma de resistência e adaptação às novas condições de então. Para tanto, utilizamos exemplos de três documentos materiais diferentes: uma estela funerária de Kom Abu Billu, no Delta, um retrato funerário do Fayum e, por último, uma câmara funerária de um tumba-casa de Tuna el-Gebel, necrópole de Hermópolis Magna.

## Referências

- BAILEY, D. *Excavations at el-Ashmunein. IV – Hermopolis Magna: buildings of the Roman Period*. British Museum Press: London, 1991.
- BERNARD, E. *Inscriptions Grecques d’Hermoupolis Magna et de sa nécropole*. Le Caire: IFAO, 1999.
- BOWMAN, A. K. *Egypt after the Pharaohs 332 B.C.- A.D. 642: from Alexander to the Arab Conquest*, Oxford, 1990.
- BAGNALL, R. S.; RATHBONE, D. W. *Egypt from Alexander to the copts: an archaeological and historical guide*. London: The British Museum Press, 2004.
- BAGNALL, R. S.; FRIER, B. W. *The demography of Roman Egypt*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.
- CAPPONI, L. *Augustan Egypt. The Creation of a Roman Province*. New York; London: Routledge, 2005.
- DAVOLI, P. *L’Archeologia Urbana nel Fayum di Età Ellenistica e Romana*. Missione Congiunta delle Università di Bologna e di Lecce in Egitto. Nápoles: Generoso Procaccini, 1998.
- DIODORO DA SICÍLIA. *Bibliothèque Historique*. Livre I. Tradução Yvonne Vernière. Paris: Les Belles Lettres, 1993.
- DUNAND, F.; ZIVIE-COCHE, Ch. *Dieux et Hommes en Égypte - 3000 av. J.-C.-395 apr. J.-C.*. Paris: Armand Colin, 1991.
- ESTRABÃO. *The Geography of Strabo*, vol. VIII, Book XVII. Tradução Horace Leonard Jones. London: William Heinemann Ltd., 1959.
- HINGLEY, R. *Imperialismo Romano: novas perspectivas a partir da Bretanha*. São Paulo: Annablume, 2010.
- JONES, S. *The Archaeology of Ethnicity*. Constructing identities in the past and present. London: Routledge, 1997.
- LEFEBVRE, G. *Le Tombeau de Petosiris*. 1. Description, 2. Les Textes, 3. Vocabulaires et Planches. L’Institut Français d’Archéologie Orientale, Cairo, 1924.
- LEMBKE, K. City of the Dead: Tuna el-Gebel. In: RIGGS, Ch. (Ed.). *The Oxford handbook of Roman Egypt*. Oxford: Oxford University Press, 2012. p. 205-222.
- MATTINGLY, D. *Imperialism, power, and identity*. Experiencing the Roman Empire. Princeton: Princeton University Press, 2011.

- MODRZEJEWSKI, J. M. *Droit Impérial et traditions locales dans l'Égypte romaine*. Variorum: Joseph Stock, 1990. (*Collected Studies* 321).
- REVELL, L. *Roman Imperialism and Local Identities*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.
- RIGGS, Ch. *The beautiful burial in Roman Egypt: art, identity, and funerary religion*. Oxford: Oxford University Press, 2005.
- ROWLANDS, M. Centre and periphery: a review of a concept. In: ROWLANDS, M.; LARSEN, M.; KRISTIANSEN, K. (Ed.). *Centre and periphery in the Ancient World*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987. (*New Directions in Archaeology*). p. 1-11.
- UYTTERHOEVEN, I. *Hawara in the Graeco-Roman Period*. Life and Death in a Fayum Village. Louvain: Peeters Publishers; Department of Oriental Studies Bondgenotenlaan, 2009. (*Orientalia Lovaniensia Analecta* 174).
- VASQUES, M. S. 2005. *Crenças funerárias e identidade cultural no Egito Romano: máscaras de múmia*. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.
- VENIT, S. *Monumental tombs of Ancient Alexandria*. Cambridge: Cambridge University Press,
- WALKER, S. (Ed.). *Ancient faces: mummy portraits from Roman Egypt*. The Metropolitan Museum of Art, New York: Routledge, 2000.
- ZANKER, P. *Roman Art*. Los Angeles: The Paul Getty Museum, 2008.